

Diálogos

Diálogos - Revista do Departamento de
História e do Programa de Pós-Graduação em
História

ISSN: 1415-9945

rev-dialogos@uem.br

Universidade Estadual de Maringá
Brasil

Falco Genovez, Patrícia; Bretas Vilarino, Maria Terezinha; Fernandes Biavati, Nádia Dolores
Flutuações de sentidos: memórias de uma identidade sespiana
Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol.
16, núm. 3, septiembre-diciembre, 2012, pp. 1203-1229
Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305526887015>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Flutuações de sentidos: memórias de uma identidade sespiana *

Patrícia Falco Genovez **

Maria Terezinha Bretas Vilarino ***

Nádia Dolores Fernandes Biavati ****

Resumo. A relação entre a memória e a construção (expressão) discursiva é o principal tema aqui. Este artigo aborda o sentido da fala individual e coletivo com especial atenção ao relato de um agente de saúde do SESP, em Governador Valadares (Brasil), na década de 1960. A partir desse relato, acessamos alguns aspectos identitários relativos à sua atuação nessa agência de saúde pública. Neste exemplo se podem ver alguns traços da identidade que perfazem o [seu] fazer discursivo. Eles, de um lado, brotam do saber popular; por outro, do âmbito acadêmico ou científico.

Palavras-chave: Memória; Análise Crítica do Discurso; História Cultural; SESP; Identidade.

The oscillation of meanings: memoires of SESP identity

Abstract. The relationship between memory and the discursive construction (expression) is analyzed. The meaning of individual and collective speech is investigated with special focus on the report of a SESP health agent in Governador Valadares MG Brazil in the 1960s. The report brings forth identity aspects related to activities in a public health unit. Identity clues that fabricate the discursive activity are provided. On the one hand, they spring from popular knowledge; on the other hand, they are formed from an academic and scientific environment.

Keywords: Memory; Critical discourse analysis; Cultural history; SESP; Identity.

* Artigo recebido em 21/03/2012. Aprovado em 30/06/2012. Pesquisa financiada pelo CNPq/Brasil e Fapemig/MG.

** Doutora em História pela UFF, Rio de Janeiro, Brasil. Professora Titular da Univale, Governador Valadares/MG, Brasil. E-mail: patricia.genovez@superig.com.br

*** Doutoranda em História pela UFMG, Belo Horizonte/MG, Brasil. Professora Assistente da Univale, Governador Valadares/MG, Brasil. E-mail: tevilarino@univale.br

**** Doutora em Linguística pela UFMG, Belo Horizonte/MG, Brasil. Professora Adjunta da Univale, Governador Valadares/MG, Brasil. E-mail: nadiabiaavati@yahoo.com.br

Fluctuaciones de sentido: memorias de una identidad *sespiana*

Resumen. La relación entre la memoria y la construcción (expresión) discursiva es el principal tema de este texto. Este artículo aborda el sentido del habla individual y colectivo, con especial atención al relato de un servidor de la salud, del SESP, en Governador Valadares (Brasil), durante la década de 1960. A partir de este relato, tuvimos acceso a algunos aspectos identitarios relativos a su actuación en ese puesto de salud pública. En este ejemplo, es posible ver algunos trazos de la identidad respecto de [su] hacer discursivo. Por un lado, dichos trazos brotan del saber popular; por el otro, del ámbito académico o científico.

Palabras Clave: Memoria; Análisis crítico del discurso; Historia cultural; SESP; Identidad.

Introdução

A investigação de identidades no mundo contemporâneo é importante porque ajuda a compreender o modo como as práticas sociais acompanham as tendências de reconfiguração dos discursos e da ordem do dizer socialmente instituído. Isso significa que os dizeres se filiam à memória ao dar corpo aos sentidos a partir das vivências, do “já dito”. De acordo com Delgado (2003), essa é uma relação tensa, já que ao recompor lembranças o historiador, em seu ofício, apropria e reconstrói a memória pela História. Assim, “ao dedicar-se à análise do passado, o estudioso da História vai ao encontro de um outro tempo diferente daquele no qual está integrado. Nessa viagem realiza-se um amálgama peculiar caracterizado pelo encontro de singularidades temporais” (DELGADO, 2003, p. 10). Em outras palavras, o historiador sempre trabalha com um tempo, marcadamente consubstanciado e definido pelas ações humanas e pelos valores do imaginário o que o leva a investigar indivíduos que se tornam sujeitos da História e de uma temporalidade específica. É pela narrativa que processos históricos são transmitidos e preservados e, é nesse sentido, que servem de instrumento na transmissão de heranças identitárias e

das tradições (DELGADO, 2003, p. 21). Assim, a memória tangencia a construção do conhecimento enquanto linguagem de símbolos, configurando-se em um processo no qual a cultura ganha um sentido próprio de causalidade devidamente acomodado e assimilado, dentro de uma dada gramática simbólica. É por essa razão que Rocha e Eckert consideram a memória como um espaço fantástico, “lugar de extraversão e introversão de uma linguagem arbitrária de símbolos, coordenada, no plano da imaginação criadora, por esquemas de pensamento, apela, portanto, para os diferentes procedimentos interpretativos-narrativos que dão sentido aos arranjos entre vida e matéria” (ROCHA; ECKERT, 2000, p. 2).

Essa dimensão fantástica da memória tem atraído consideravelmente antropólogos, psicólogos e historiadores. Esse movimento de recuperação da memória pelas ciências humanas, de acordo com Bosi, tem origem na profunda necessidade de enraizamento do homem. Seria, portanto, desse vínculo, que a identidade se formaria (BOSI, 2003, p. 16). De acordo com Weil, falar de enraizamento é falar de uma necessidade da alma humana. “O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro” (WEIL, 1996, p. 411).

Levando em consideração essa dimensão fantástica em que não apenas a cultura se faz presente, mas, também, uma necessidade desconhecida da alma humana que precisa se sentir enraizada, acreditamos que os dizeres circulantes se configuram em indícios significativos sobre a identidade e as práticas profissionais de um dado grupo, pelo tempo, com marcas dessas temporalidades. Para realizar tal exercício, selecionamos a narrativa de um profissional do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), a partir da coleta de entrevistas com outros profissionais deste serviço. Esta narrativa se mostrou significativa não só por ter sido a primeira concedida, mas por ter aberto um

leque de contatos com possíveis entrevistados, ampliando o horizonte da pesquisa. A análise proposta, apesar de privilegiar a entrevista selecionada também busca subsídios na documentação produzida pelo SESP, especialmente, os relatórios de serviço da sessão de Assistência Médico-Sanitária e da Engenharia Sanitária.

O SESP foi uma agência de saúde pública criada por acordo bilateral, entre os governos do Brasil e Estados Unidos, em 1942, a partir dos denominados “Acordos de Washington”. No Médio Rio Doce, teve uma ação incisiva em quatro cidades: Governador Valadares, Aimorés, Baixo Guandu e Colatina. O objetivo principal do Serviço era implementar políticas sanitárias em áreas econômica e militarmente estratégicas com o intuito de atender, de um lado, interesses americanos imediatos, relacionados às necessidades de guerra, e de outro, responder aos interesses do governo Vargas de expandir no território brasileiro a presença e autoridade do Estado (VILARINO, 2008). O desafio ora proposto nesta análise, por sua essência complexa e fantástica, desconhece as fronteiras formais dos campos do conhecimento e se posiciona metafisicamente. Memória, narrativa e dizeres ganham dimensões variadas na medida em que são reveladas a partir da Antropologia (cultura), da História (contexto) e da dimensão linguística (por meio da Análise de Discurso).

O intercâmbio interdisciplinar entre os Estudos Linguísticos e as Ciências Sociais, no caso de forma mais acentuada com a História, tem se mostrado um procedimento teórico-metodológico produtivo na problematização de determinadas questões sobre como são construídos os sentidos, em narrativas, no dizer. Especialmente a *Análise do discurso (AD)*, da vertente francesa, e a *Análise de Discurso Crítica (ADC)*, da vertente anglo-americana, são abordagens importantes uma vez que se preocupam em desvelar os dizeres que circulam nas práticas discursivas das identidades. Consideram que as identidades, na produção de sentidos, se constituem não somente pela

condição do ser, mas também por um dizer que não é nem linear e nem transparente.

Assim, cabe salientar que as identidades se revelam no ato de narrar, no plano da representação, investindo ideologias sobre o que é contado e recontado; desse modo, o relato e o reconto revelam marcas do subjetivo, do lembrado e de algo que remete, inclusive, a processos do inconsciente. Os sentidos se revelam em práticas e dizeres narrados que podem até mesmo ser díspares entre si, constituindo-se em fragmentações. Desse modo, as identidades se mostram narradas numa espécie de “mosaico”, cujo desafio é desvendar o ser/ fazer do indivíduo, ou no nosso caso, do agente de saúde em suas impressões destacadas nos relatos sobre sua prática profissional, sobre seus projetos de vida. Esse mosaico implica articular tanto a dimensão fantástica (cultura) quanto o contexto, numa narrativa oriunda de um processo mnemônico que se compõe a partir de conglomerados de elementos, valores que se constituem paralelamente e englobam ações distintas, justapostas, além de práticas sociais variadas.

Ao considerar a linguagem como uma forma de prática social, entende-se que os discursos são construções socioculturais dialeticamente relacionados com o campo semântico e com os contextos que os resguardam. Ao se partir desse pressuposto, os discursos e os contextos sócio-históricos em que são produzidos se tornam partes integrantes e, passam assim a ter “papel fundamental na reprodução, manutenção ou transformação das representações que as pessoas fazem e das relações e identidades com que se definem numa sociedade” (PINTO, 1999, p. 24). Nesse sentido, a narrativa discursiva e a história não se separam, mas se constituem simultaneamente, ou seja, narrativa e história se consorciam, uma dando substância e/ou consistência à outra.

Em seu esforço de explicação e interpretação do passado, a História enseja acessar um determinado tempo, expresso e ressignificado a partir de

narrativas (LE GOFF, 1998, p. 103). Como bem nos lembra Elias, esse é um elemento fundamental ao estudo da História, mas, “o tempo não se deixa ver, tocar, ouvir, saborear, nem respirar como um odor” (ELIAS, 1998, p. 7). Contudo, ele só se torna concreto a partir da sua vivência, o que o coloca como uma categoria central na dinâmica da História. Tempo, memória, espaço e história caminham juntos. Em outras palavras, “o olhar do homem no tempo e através do tempo, traz em si a marca da historicidade. São os homens que constroem suas visões e representações das diferentes temporalidades e acontecimentos que marcaram sua própria história” (DELGADO, 2003, p. 10).

Sob essa perspectiva, a narração é vista aqui como uma das fontes históricas para o trabalho do historiador. É entendida também como discurso, na medida em que se coloca como um modo de enxergar uma dada experiência. Entretanto, se deve ir além do relatar, é preciso explicar, e nesse sentido é que se justifica a necessidade de compreensão interdisciplinar do objeto. Assim como a narrativa, entre as fontes importantes elencadas pela nova historiografia, especialmente acolhida pela História Cultural, destacam-se as tradições e a memória, compreendida como um amplo processo mnemônico. Segundo François Dosse, “a parte das fontes orais na escritura do tempo presente torna possível uma história da memória” (DOSSE, 2003, p. 176).

Cabe observar que tanto na visão da História Cultural quanto na visão discursiva, a investigação dessa memória vai muito além de coletar as recordações, pois remete ao modo como o sujeito investigado atribui significados às práticas e aos valores vivenciados e/ou modificados pela experiência do vivido. Dessa forma, a memória narrada como testemunho apresenta indícios de uma rede de relações históricas que lhe confere sentido e a projeta em sua dimensão social, permitindo a emergência de outras leituras das configurações sociais.

A seguir, pontuaremos a conjuntura sanitária no Médio Rio Doce que serviu de contexto para a atuação do SESP tendo em vista sua importância para a configuração das práticas culturais da população que recebeu tal serviço. Posteriormente, no segundo item do texto, trataremos dos cruzamentos e tensões entre os discursos dos saberes popular e científico. Por fim, apontaremos elementos da compreensão sobre como acontece a construção da memória e o cruzamento dos dizeres no início da implantação da política de saúde na região do Médio Rio Doce, pelo SESP.

A conjuntura sanitária no Médio Rio Doce: a medicina popular e as práticas de saúde preventiva do SESP

Como já expresso anteriormente, o SESP foi uma agência de saúde pública criada por meio de um acordo bilateral para o saneamento nas regiões Norte e Nordeste (CAMPOS, 2006, p. 35). Em 1943, o trabalho do SESP foi estendido para a região para executar o saneamento do Vale do Rio Doce e resolver os problemas das endemias. Naquele ano, tiveram início o *Programa do Rio Doce* e o *Programa da Mica*, atendendo áreas do Médio e do Baixo Rio Doce, respectivamente nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

O SESP atuou na assistência médica, na educação sanitária, no saneamento e no controle de doenças transmissíveis, bem como cuidou de formar profissionais da saúde, implantando e desenvolvendo, em vários Estados, escolas técnicas e de graduação em enfermagem. Os municípios existentes ao longo da Estrada de Ferro Vitoria-Minas (EFVM) foram assistidos a partir da implantação de serviço de água e esgoto, ações de saneamento, como a construção de latrinas, identificação dos vetores e combate à malária e a outras endemias; cursos para parteiras e cuidados infantis; treinamento para atendentes de centros de saúde e para guardas sanitários; treinamento para visitadoras que faziam trabalho de educação sanitária, entre outras atividades.

Nessa época, a área apresentava problemas comuns às regiões de fronteira¹: deficiências no fornecimento de água potável, energia elétrica e de saneamento básico. Essas condições eram recorrentes em toda a área. A malária era a ponta de um problema mais amplo, característico das regiões de floresta em processo de ocupação. Havia também forte incidência de febre amarela, leishmaniose e esquistossomose para completar o quadro preocupante de infestação de doenças.

As cidades, os vilarejos e os acampamentos dos trabalhadores da Estrada de Ferro Vitória Minas apresentavam, na época da chegada do SESP, um quadro de carências variadas: em geral não havia serviço de tratamento de água e de escoamento de esgotos; se existiam, eram precários. Além disso, as construções de casas e comércios não suportariam uma inspeção rigorosa. Ruas sem calçamento traziam percalços tanto no tempo da seca (poeira) quanto no tempo das águas (lama). Faltavam estradas para comunicação eficiente entre centros urbanos e áreas rurais. A proteção à saúde pública era deficitária e a maior parte da população não tinha recursos para assistência particular, que também era difícil. Somando-se a essa infraestrutura, as dificuldades acentuavam-se por causa da ocorrência de verminoses e da presença da malária, endêmica em várias localidades da região (FIOCRUZ. FUNDO SESP - Caixas 21, 24, 30, 39 e 48). Da saúde em geral, tratavam os farmacêuticos práticos que se fixavam na região promissora, em vista da ferrovia; dentistas, também práticos, e médicos formados chegavam aos poucos e as dificuldades de assistência em relação à medicina científica eram grandes. A utilização das práticas populares de cura (medicina rústica) era fortemente disseminada (SOARES, 1983; PAULA, 1993; FONSECA, s.d.).

¹ O termo é tomado aqui para distinguir as novas regiões, como o Vale do Rio Doce, incorporadas às áreas de produção econômica, no Brasil, nas décadas de 1930 a 1950.

É possível identificar na atuação do SESP um modelo e uma forma determinada de pensar a saúde e as epidemias. Duas tendências podem ser destacadas: na primeira fase de sua atuação no vale do Amazonas e no vale do Rio Doce, o SESP entendia o tripé ignorância-pobreza-apatia como causas do agravamento do quadro nosológico em muitas localidades; já na segunda fase de atuação do Serviço, após 1950, o entendimento da “saúde como fator de desenvolvimento econômico para o país”, acompanhava as concepções desenvolvimentistas do pensamento social brasileiro à época (BASTOS, 1993, p. 446).

Na primeira fase, a concepção de saúde e doença focadas no indivíduo, considerado responsável pelo bem/saúde ou mal/doença que o atingia por sua ignorância ou descuido/apatia; valoriza a necessidade do ensino de novas práticas de higiene e saúde, concomitantemente com novas maneiras de uso dos recursos técnicos, humanos e ambientais disponíveis. Um documento do Fundo FSESP (Divisão de Engenharia Sanitária, 1949-1951) traça um perfil de apatia, ignorância e superstição no agravamento do quadro de doenças na cidade de Governador Valadares (no Vale do Rio Doce) e indicava o abandono e isolamento como causas das mazelas da população das áreas visitadas, além de traçar um cenário sociocultural em que apatia, analfabetismo e ignorância acentuavam a precariedade.

Na segunda fase, os técnicos do SESP apoiavam a tese de que a saúde e o bem-estar individual e coletivo de uma comunidade são responsabilidades inerentes dessa comunidade, e sua segurança econômica estará sempre dependente e diretamente ligada àqueles dois fatores. Eles entendem que para uma sociedade se desenvolver e progredir é preciso que seus membros sejam saudáveis; desse modo, não haveria alternativa além de uma medicina social que aproximasse medidas curativas e preventivas, de acordo com as necessidades e condições locais.

Nosso depoente, atuando como funcionário do SESP, no Médio Rio Doce, se apropriou e internalizou o discurso técnico-científico divulgado pela agência de saúde pública e se transmudou em agente de mudança “por dentro”, pois era membro da própria comunidade atendida. Sua narrativa sobre a entrada e trajetória no Serviço dá uma medida dessa apropriação e identificação. A ressonância do discurso da agência no dizer do agente remete à conexão interdiscursiva, pois o sujeito enunciador, ao se apropriar de certos elementos, se identifica com eles, ressignificando-os e ao mesmo tempo se significando, ou seja, construindo para si uma identidade coerente com o discurso já dito e introjetado (PEREIRA, 2010).

Essa “conversão” ocorreu, neste e, porque não dizer, em inúmeros outros casos, a partir do treinamento oferecido pelo SESP. Nos vários cursos havia uma parte prática, vinculada à execução do serviço mas também havia uma parte “informativa” que dava ao funcionário subsídio discursivo sobre a abordagem sespiana do saneamento. Paralelamente ao treinamento se reestabelecia a socialização dos agentes reinseridos na sociedade. Esta reinserção repercutia em um *status* social e econômico. Há também que se considerar as novas redes de sociabilidade nas quais esses agentes passariam a transitar que não se restringiam ao âmbito do SESP. De qualquer maneira, todas essas redefinições implicavam num reforço a mais para a internalização dos preceitos sespianos.

Nesse sentido, o discurso de ciência em que o SESP se apoiava procurava sistematizar uma pedagogia sanitária de intervenção na comunidade e tal pedagogia se opunha, muitas vezes, às estratégias que a comunidade utilizava para lidar com as doenças, pois prevalecia um dizer instrucional sobre o quê e como proceder nessa mudança de costumes. Portanto, a atuação deixa claro o objetivo de preparar as gerações mais novas segundo os padrões científicos e, simultaneamente, combater as práticas da medicina popular. Para a população

atendida tais ações provocaram alterações nas práticas de saúde, nos costumes e nos valores culturais e também uma (re)organização do espaço. Toda a processualidade do saneamento assim como dos discursos que o permearam aparecem indiciariamente na narrativa do nosso informante.

Cruzamentos e tensões entre os discursos popular e científico

O entrevistado, cuja narrativa/disco² é aqui analisado, nasceu em 1926 (81 anos na época da entrevista) na cidade de Almenara, Nordeste de Minas Gerais.³ Nessa cidade, ele era carpinteiro e vivia do seu trabalho. A notícia do concurso para agente sanitário apresentava uma oportunidade financeira que o motivou a mudar de profissão, muito embora não tivesse noção sobre o serviço. As provas apenas de matemática e português favoreceram sua aprovação já que não se exigia nenhum tipo de conhecimento específico na área sanitária. Uma vez aprovado, foi admitido no SESP em 22 de março de 1959, aos 35 anos de idade. Fez curso para agente sanitário, ministrado pelo SESP, em Pains, no Oeste de Minas. Aprendeu no serviço as orientações sanitárias, trabalhou no SESP durante 35 anos, aposentando-se no ano de 1994. Sua chegada ao Vale do Rio Doce deu-se em 1974, quando veio transferido, depois de ter trabalhado na Paraíba, na divisa de Minas com a Bahia e finalmente na cidade de Inhapim e depois Governador Valadares/MG, onde vive.

No SESP, especialmente entre as décadas de 1940, o trabalho do agente sanitário era fazer inquérito de higiene nas moradias e ao mesmo tempo

² De acordo com Fairclough (2001), o termo discurso compreende uma dupla acepção: linguagem como prática social e totalidades de práticas na representação da experiência por meio do Dizer.

³ Entrevista com o informante de 81 anos, concedida à Professora Maria Terezinha Bretas Vilarino, em 14 de dezembro de 2007, arquivada no Programa de Memória do Vale do Rio Doce – PMVRD/Univale.

fazer divulgação de hábitos de higiene e saneamento, como utilização das fossas, limpeza das áreas ocupadas e tratamento do lixo. Além disso, cada agente possuía um roteiro e um mapa da cidade para facilitar o serviço; ao fazer as visitas, os agentes faziam um itinerário que continha o endereço completo das casas que estavam sendo atendidas e sobre ele havia a vigilância institucional do inspetor, que conferia o que era feito.

Tinha um roteiro. Nós tínhamos um mapa da cidade, e quando íamos fazer a visita, fazíamos um itinerário, é rua tal, casa tal, número tanto e assim fazia; deixava na mesa, que se houvesse uma necessidade da pessoa saber onde estávamos, era só olhar no itinerário, e acompanhava o trabalho. E isso acontecia de vez em quando, o inspetor pegava e ia olhar se estávamos no serviço.⁴

Nesse sentido, além do treinamento institucional, a prática das visitas era monitorada, o que revela, desse modo uma vigilância sobre as ações empenhadas no contexto do SESP. Num outro momento, o discurso do entrevistado revela as dificuldades de implantar práticas preventivas de saúde. O distanciamento entre as visões e práticas populares e as práticas científicas dificultava até mesmo a interação entre o profissional de saúde e a população. Segundo o depoimento, alguns moradores ficavam receosos ou mesmo não gostavam de receber os agentes sanitários, por vergonha ou desconforto da presença dos mesmos nas moradias.

De vez em quando, encontrava pessoas [...] que não queria [sic] o serviço de jeito nenhum; teve um dia mesmo, lá em Almenara, que eu fui fazer um serviço, cheguei numa casa, conversei com o moço, cumprimentei ele, pedi licença e falei: “- Oh! Este é o serviço de saúde pública, que está na sua casa, oficial de serviço de saúde pública e eu quero que você me dê licença, para eu fazer um trabalho aqui, e quero que me acompanhe”, mas o moço falou o que queria: “- Vocês vem para a casa da gente fazer pergunta, e não sei o que, e isso, aquilo”. Conversou tanta coisa, e falei com ele: “- Olha, o negócio é o seguinte, o senhor não está aceitando, não é obrigado aceitar, mas vai ter o momento, que o senhor irá aceitar, porque eu vou trazer a polícia, isso é um serviço federal, o senhor enjeita, mas depois vai ter que

⁴ As citações são da entrevista referenciada na nota anterior. Quando contrário, será citada a fonte [nota do editor].

aceitar”. E depois ele conversa: “- Não, vem, então pode ir lá agora”, falei: “- Eu não entro agora, porque quem não quer entrar sou eu, então eu volto cá outro dia, quando estiver mais calmo”. Voltei outro dia e me aceitou e eu entrei.

Percebe-se, acima, um exemplo de tensão entre a população visitada e o agente, que ameaça fazer uso da força da lei para realizar o seu serviço. Ao mesmo tempo, há uma tensão entre os espaços público e o privado, do cidadão, que, como atendido, considera, a princípio, a visita como uma forma de invasão. Podemos também pensar num outro tipo de tensão, este de característica mais íntima, que nos convida a perceber na reação do nosso informante uma postura que separa o informante funcionário e o informante cidadão comum (pessoa) que sofre a ação sespiana. À sua maneira, nosso informante respeita o posicionamento do senhor que questiona o discurso de saneamento, de saúde e de novas práticas cotidianas. Mesmo que de maneira apenas elementar, podemos aventure a possibilidade de um conflito vivenciado no cotidiano do agente que, até pouco tempo antes da formação, muito provavelmente teria a mesma reação do senhor que o questiona. Convencido por um discurso, nosso informante sabe do seu papel de agente sanitário, mas, enquanto envolto num contexto histórico-cultural específico, se enfurece, prefere se acalmar e voltar mais tarde. O conflito narrado pode não ser apenas entre um funcionário e um cidadão, mas pode nos remeter a um âmbito mais delicado quando um agente sanitário se vê diante de suas próprias resistências. Não seria por acaso que após tantos anos foi relembrado e contado. O episódio foi marcante por revelar os múltiplos sentidos que as práticas cotidianas e o discurso sanitário adquiriram no dia a dia, instigando tanto a releitura do contexto no qual os indivíduos estavam imersos quanto exigia redefinições identitárias significativas.

Esses conflitos aparecem em outros momentos da narrativa. Para o depoente, uma situação muito incômoda era a falta de higiene para com os alimentos, perceptível como tensão com as práticas sanitárias. Ele viu muita

gente lavar as verduras na mesma bacia do banho ou regar a horta com a água já utilizada para higiene: “Uma vez mesmo, quando eu comecei o serviço, trabalhava na rua, eu cheguei aqui no último grau, banhava numa bacia grande e naquela bacia [...] (17:24) o repolho, a couve, regava a horta, [...]”. O incômodo relatado incluía as próprias práticas cotidianas e exigia do depoente uma postura de autocensura que colocava em questão sua identidade e até mesmo a sua história pessoal.

O discurso do educar sanitariamente como fazer científico é tido como útil, pois, para o agente sanitário, um trabalho muito importante era acompanhar as enfermeiras ou atendentes nas escolas para atividades de educação sanitária, porque segundo o depoente, as crianças aceitavam muito mais facilmente os ensinamentos e novos hábitos divulgados, inclusive reforçando-os em suas casas. Por outro lado, complementarmente, o discurso científico se destaca como um conjunto de práticas que precisavam ser implantadas, tendo em vista relatos do depoente, pois, segundo eles, mesmo com as melhorias higiênicas, a população da zona rural, da periferia e até mesmo da cidade, utilizava as privadas para guardar arreios dos cavalos, colocar galinhas para chocar, as pessoas mesmo não utilizavam. Ele também explica que mesmo as pessoas possuindo latrinas em suas casas, não tinham o costume de usá-las, pois permanecia o costume de ir “ao mato”, o que “contaminava o solo com vermes, micróbios, e as pessoas que andavam descalço naquele lugar e também tudo que está ao redor”.

Zona rural. Fazíamos o serviço lá, sabe de que servia as privadazinhas? Para os vaqueiros guardarem o arreio do cavalo, outros para as galinhas botar ali dentro [...]; usar mesmo eles não usavam, porque também não tinha sido feito um serviço de educação sanitária; para isso, vai ter que saber o porquê.

Dessa forma, o discurso popular, com suas crenças, permanecia reforçado, pois, segundo nosso informante, muitas pessoas, oriundas da zona rural, mantinham aqueles costumes e resistiam aos novos equipamentos

sanitários. Não comprehendiam ou desconfiavam dos divulgados ‘milagres’ do saneamento.

O olhar sobre o discurso como linguagem indissociada da prática social prevê o entrecruzamento, ressonâncias e até mesmo tensões entre dizeres, que ora se complementam, ora se conflituam, indicando a interdiscursividade como predominante nos dizeres em mudança. Nesse ponto, é importante ressaltar o entrecruzamento do discurso do depoente com o discurso de saneamento da agência. É possível perceber como o agente incorporou a “novidade sanitária” na sua própria visão de mundo e na sua vida cotidiana. Uma incorporação conflituosa como pudemos observar anteriormente. Aqui o processo de interdiscursividade se manifesta implícita e explicitamente configurando o entrecruzamento de identidades – a do SESP e a do falante, o agente sanitário, que em sua narrativa expressa o antes e o depois do contato com as orientações do SESP. Subjaz à narrativa um discurso pessoal, ancorado na história de vida do sujeito e um discurso institucional, ancorado na sua história funcional, enquanto agente sanitário. Em vários momentos, esses discursos refletem a tensão existente no contexto do saneamento da cidade de Governador Valadares e pode nos servir de centro exemplar para o que ocorria com a população do Médio Rio Doce.

Memória, relato e esquecimento: discursos entrecruzados

O dizer sobre as práticas profissionais, ao indicar uma relação com o contexto e com vivências, reflete a formulação do discurso como atualização da memória (ORLANDI, 1998, p. 16). “Esse trabalho da memória conta com o suporte de imagens e ideias, valores e afetos vinculados a grupos sociais junto aos quais o memorialista experimenta algum sentimento de pertença” (FROCHTENGARTEN, 2005, p. 367). Nesse sentido, o dizer do funcionário

do SESP pode ser compreendido como indicativo do dizer institucional; muito embora, refletisse os vários conflitos já levantados acima.

O termo memória é complexo, e não se refere somente à lembrança: remete aos saberes acumulados, mas também aos esquecidos, aos encobertos, refletindo, por um lado, os lapsos, o fato de que o sujeito esquece e não tem controle sobre o que diz. Por outro lado, ele (o sujeito), nesse mesmo raciocínio, esquece também que não é a origem dos sentidos, mas retoma os já ditos, possivelmente disseminados em práticas sociais paralelas ou simultâneas como se verifica nas redes de sociabilidade estabelecidas entre os funcionários. Assim, os discursos expõem a memória ou apenas parte dela no processo de formulação. Para Orlandi, a formulação “é a realização (a prática) de um possível. Para o sentido, para o sujeito, para a história”. É o que Orlandi denomina de “dar corpo aos sentidos”, compondo uma dimensão intradiscursiva (1998, p. 9; 11).

Assim, com base na matriz teórica pecheutiana⁵, o discurso se constrói a partir de duas formas de esquecimento: o primeiro esquecimento, da ordem da enunciação, implica um dizer nosso, formulado a partir do dizer dos outros, produzindo em nós a impressão da realidade de pensamento; o segundo, é o ideológico (ORLANDI, 1998). Esse esquecimento é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia.

É evidente que se pensarmos para além da Análise de Discurso poderemos aventure inúmeras outras razões para o esquecimento; na verdade, para além de uma experiência, ele tem uma dimensão filosófica e se coloca no cerne da epistemologia da história, uma vez que “lembrar-se é, em grande parte, não esquecer” (RICOEUR, 2007, p. 451). Mas, se ao lembrarmos produzimos uma narrativa, então serão nos trabalhos da memória que o esquecimento irá

⁵ Observar os discursos pelo viés do estudioso francês Michel Pêcheux (1983) significa observar a historicidade atravessada pelo interdiscurso. Para o autor, é o interdiscurso que especifica as condições em que um acontecimento histórico é suscetível do ir e vir, no espaço de coerência próprio a uma memória (In: NUNES, 1999).

atuar, configurando e reconfigurando ênfases e protagonistas diretamente relacionados à constituição da identidade pessoal, alcançando a identidade comunitária. É esta última identidade que estrutura os vínculos de pertencimento. É neste ponto que se percebe o grande perigo, quando ao fim de todo o percurso, a história oficial se torna autorizada e imposta, mediante o manejo do esquecimento. Neste contexto, a narrativa se torna uma armadilha servindo a interesses outros que por meio da intimidação ou da sedução impõem uma narrativa canônica. “Está em ação aqui uma forma ardilosa de esquecimento, resultante do desapossamento dos atores sociais de seu poder originário de narrarem a si mesmos” (RICOEUR, 2007, p. 455).

Em seus dizeres, os sujeitos deixam escapar suas crenças, seus valores, suas concepções. Cabe indicar portanto que, ao dizer, não há como saber como realmente os fatos se passaram originalmente, mesmo porque as narrativas se constituem em versões/impressões. Nesse ínterim, cabe indicar que as impressões são deformadas, recaladas, encobertas. Mesmo assim, elas são úteis, pois indicam escolhas sobre as quais sentidos se constituem. Os analistas não falam em lembrança ou recordações, mas em sentidos que a formulação sobre algo atualiza dos já-ditos, sem que o sujeito se dê conta dos esquecimentos.

O dizer avaliado como discurso (substantivos abstrato e comum) constitui-se atualização da memória, na medida em que, ao longo de nossa vida, tomamos contato com enunciações e enunciados múltiplos, verbalizados ou não, escritos ou não. A textualização, no processo de formulação, é atravessada por um pré-construído, um conjunto de elementos discursivos, textuais e contextuais que nos orientam na história e conferem sentido ao que dizemos. É importante observar também que o dizer se faz a partir de vivências significadas no espaço social, o que remete ao conceito de ordem do discurso de Foucault (1995), que se refere à ordem social em sua faceta discursiva: há um processo de legitimidade histórica, em posição seletiva e transformadora de si mesma.

Fairclough, seguindo a tendência crítica anglo-americana da AD, comenta que a ordem do discurso “diz respeito a configurações totais de práticas discursivas em instituições particulares, ou mesmo em toda a sociedade” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 28.), atentando também para a relação entre elas. Para ele, o sujeito atua em seus posicionamentos, avaliando as condições de produção, de distribuição e consumo dos discursos nas práticas sociais. Dessa forma, o sujeito que relata suas práticas profissionais seleciona os valores e os procedimentos que defende, orientado por suas vivências e aprendizados, conforme expresso na narrativa do nosso informante.

E quantas vezes pessoas chegavam com dinheiro assim: “- ô camarada, eu to precisando de um vaso, e o negócio é o seguinte, eu estou fazendo um banheirinho lá em casa e estou precisando de um vaso, e trouxe este ‘negócio’ aqui para você”. E falei: “- Não adianta você vim fazer isso pelo seguinte, o serviço já me paga, se eu chegar na sua casa e vê que realmente você merece este material, vai receber sem me pagar nada, então não tem que pagar nada, agora se não merecer não posso te dar nada [...].

Pontuando argumentos e contra-argumentos sobre quem se lembra: o “eu” ou o “nós”, Ricoeur avalia a tese da atribuição múltipla da lembrança com uma diversidade de pessoas gramaticais, como expresso na narrativa acima. A ética e o compromisso assumido tanto individualmente quanto institucionalmente aparecem intrinsecamente articulados na postura do agente. Nesse sentido, a proposta de Ricoeur interessa tanto ao historiador quanto ao linguista, ambos divididos entre o individual e o coletivo já que a memória sempre é coletada individualmente, mas prescinde de um contexto social e cultural que lhe empreste sentido. Em suas palavras, Ricoeur destaca:

Cette prise de position importe à l'historien qui peut se donner sans scrupule pour vis-à-vis la mémoire individuelle et la mémoire collective, enchevêtrées le plus souvent l'une à l'autre comme dans les fêtes, les commémorations et autres célébrations. L'histoire peut en outre trouver intérêt aux détails de la théorie de l'attribution dans la mesure où elle aussi

rencontre des problèmes d'attribution à des agents sociaux tour à tour collectifs ou singuliers (RICOEUR, 2000, p. 735).⁶

Nesse sentido, para fazer Análise de Discurso, tanto na perspectiva francesa, quanto na perspectiva crítica, é importante observar cuidadosamente o contexto em que se dão os dizeres ou que motivam os sujeitos a enunciar seus valores e práticas. Nesses termos, o exercício reflexivo sobre a narrativa do agende do SESP, exposto anteriormente, tem uma íntima relação com o contexto da criação do Serviço e, especialmente, com as ações por ele empreendida. A narrativa construída pelo depoente acerca de sua participação e ligação socioprofissional com a dita agência de saúde reflete, concomitantemente, o entrecruzamento do seu discurso narrativo com o discurso e contexto da própria agência.

Para melhor apresentarmos algumas questões pertinentes ao exercício proposto, trabalharemos a partir de duas categorias relacionadas ao campo da AD e ADC: a intertextualidade e a interdiscursividade. O campo do interdiscurso e do intertexto pertence às múltiplas relações, estabelecidas entre os sujeitos, entre os contextos e entre os dizeres. Brait (2003), sob influência bakhtiniana, comenta que todo o discurso concentra dizeres que se referem a outrem ou ainda a vozes anônimas, impessoais que ecoam nas instâncias sociais. Entende-se aqui, grosso modo, a intertextualidade como a presença de outros textos em determinado texto e a interdiscursividade como as relações que se estabelecem entre discursos diferentes.

A interligação dialética entre discursos e práticas sociais também acontece com a configuração de processos identitários (MAGALHÃES, 2010,

⁶ “Esta tomada de posição é importante para o historiador que pode ser assumida sem escrúpulos em relação à memória individual e à memória coletiva, imbricadas no mais das vezes um com a outra como nas festas, nas comemorações e outras celebrações. A história pode, por outro lado, ter interesse nos detalhes da teoria da atribuição na medida em que ela também encontra problemas de atribuição nos agentes sociais *pari passu* coletivos e singulares”. Tradução livre, *ad instar manuscripto*.

p.18-19). Para corroborar essa condição dos sujeitos, a autora observa que prevalecem, muitas vezes filiações culturais, que carregam marcas dos sujeitos e seu “sentido de identidade” (MAGALHÃES, 2010, p. 20). Isso significa que, ainda que discursos estejam em processo de mudança, prevalece, como se percebe nos dizeres do visitador sespiano, as marcas de discursos e do sujeito que se filia à “nova forma de pensar”, ligada à educação sanitária e ao “velho”, arraigado nas práticas populares. Nesse sentido, percebe-se uma identidade de trabalhador que passa das condições de “ser carpinteiro” para tornar-se agente do SESP, treinado para as práticas sanitárias: “ Porque o meu serviço era carpinteiro, eu tinha uma carpintaria, o serviço era muito penoso, que trabalhava, não recebia, fazia móveis para os outros, uns pagavam, outros não, e o meu pensamento era deixar isso”.

Dessa forma, não é possível a vida social e política sem suas expressões pensadas e/ou expressas, que se manifestam como narrativas discursivas. O texto/discurso expõe exterioridades e interioridades, estando estreitamente imbricados o fora e o dentro. A construção de identidades individuais e coletivas também passa pelos delineamentos das memórias, também individuais e coletivas, que são, ao fim e ao cabo, discursos instituídos e instituintes da realidade e dos sentidos atribuídos a uma dada realidade ou relação social.

Nos dizeres, percebe-se a relação entre o contexto social de condições sanitárias adversas e a necessidade premente da ação do SESP na formação de quadros profissionais para atuarem na superação daquela realidade. Esses dizeres dão com a inserção e as práticas do agente sanitário que, passando da condição leiga, para a condição treinada, colaboraria para as condições de reordenamento espacial e urbano das cidades e dá origem a um processo *sui generis* de alteração do território já estabelecido.

Fui aprender na área com o pessoal do serviço. Quando eu voltei a Almenara, a inspeção foi lá para fazer a minha adaptação no serviço. E eu fui fazer um levantamento da cidade, para saber das casas que tinham banheiro,

privada, água ligada, inclusive, todas essas coisas iam melhorar, era melhoria sanitária. Porque a pessoa que tem uma casa e não tem água, nem a limpeza da casa, não faz direito, não lava uma roupa direito, banheiro difícil. Então nós íamos ajudar a ligar a água e dava material também, depois disso, tinha a necessidade de banheiro, sanitário. Se tivesse rede de esgoto, fazíamos um sanitário para ligar na rede, já seria melhor, a limpeza era bem melhor [...] (08:06).

Esse processo desencadeia outros reordenamentos, especialmente, aqueles relativos aos espaços sociais e culturais, devidamente configurados e reconfigurados a partir de uma dada teia de significados e sentidos. Entende-se que essa territorialização se dá como forma de ação que acontece a partir das relações sociais, levando-se em conta as relações de poder. Essas relações são assimétricas e envolvem sujeitos e cenários fluidos, cujos papéis muitas vezes complexos, se complementam e/ou se contrapõem dependendo do contexto e da situação estabelecida (HAESBAERT, 2005).

Entende-se, portanto, que as práticas de linguagem acontecem como formas de territorialidades simbólicas, na medida em que essas práticas compreendem um conjunto de relações hierárquicas que são fomentadas pelas relações de poder, ainda que esse poder não se construa por repressão, mas por simetria e assimetria nas relações entre os sujeitos, como se expressa no trecho “(...) às vezes, chamavam atenção, eu tinha resposta para eles, e quando o camarada erra, ele tem que ouvir e ficar calado” .

Essas relações assimétricas também se refletiam nas práticas da educação sanitária, uma vez que os costumes vinculados à cultura local eram desconsiderados pelo discurso científico. Nesse processo, prevaleciam as orientações sespianas. Por isso, o forte cruzamento que revela o conflito entre os dizeres sobre a crença popular e os saberes científicos das práticas sanitárias que se convergem e, ao mesmo tempo, se colocam em tensão. Percebe-se nos dizeres, inclusive, as dificuldades para lidar com os mais velhos que contrasta com a facilidade de educar crianças para o discurso sanitário:

Então, dávamos palestras nas escolas, porque era muito mais fácil, incutir a uma criança, uma necessidade dessas, deles saberem o que é bom para a saúde, do que pessoas que tenham 40, 50 anos. Muitos falavam: “- Eu me ajudei nisso tudo e nunca precisei disso”, outros falam: “- Eu nunca precisei, nem meus avôs e nem meus pais precisaram”. Agora, quando o menino aprende na escola, eles mudam até o hábito do pai e da mãe, muda [...].

A narrativa/discurso do depoente, enfim, se conecta com os princípios e interesses divulgados pelo SESP nos cursos de preparação para agentes sanitários e nos boletins, relatórios e artigos da revista da agência. Percebe-se também na fala do funcionário uma apropriação do discurso técnico-científico entronizado a partir dos cursos oferecidos pelo SESP. Uma análise desse depoimento mostra como pessoas comuns se transformavam em agentes de mudança, propondo melhorias sanitárias que até então era novidades até para eles.

Seria uma preparação. Ninguém entrava sem saber o que estava fazendo não. Tinha que passar primeiro por uma preparação(...). Então quando as pessoas iam ao SESP, conversavam muito conosco e diziam que gostavam muito de conversar, porque nós atendíamos bem...

Fazíamos aqui, pois Valadares era uma cidade que vinham pessoas de todo o país fazer curso aqui conosco. Então [...] dava a parte teórica e a parte prática era nós que dávamos no campo. Muitas vezes, já chegava e falava com ele, “Compadre o cidadão aqui já pode mandar embora, já da conta do serviço lá na terra dele”.

Portanto, as memórias se inscrevem tanto nas condições anteriores, quanto às posteriores ao contato com as orientações sanitárias. São as narrativas que revelam esses cruzamentos discursivos que ora se estabelecem em tensão, ora paralelamente, em relação à visão científica do SESP.

Desse modo, considera-se que os discursos que permeiam a experiência profissional, por exemplo, constituem a memória discursiva e dão corpo aos sentidos. Perceber o processo de formulação desses sentidos significa, ao mesmo tempo, compreender como eles são constituídos, e ao mesmo tempo, como é importante desmistificá-los como parte de narrativas que não se dão somente como narrativas canônicas, originadas das instituições.

Isso significa, portanto, compreender que o discurso sespiano acaba atravessado pelas práticas sociais, em que resvala muitas vezes o contexto das práticas populares de saneamento. Portanto, os saberes relatados dizem respeito a uma origem e às interpelações ideológicas esquecidas pelos sujeitos quando enunciam, investidos de identidades.

Considerações finais

Se os sentidos são ressignificados no discurso é porque os sujeitos se inscrevem na história. A forma linguística torna-se sentido, signo, na medida em que “a historicidade é constitutiva da espessura semântica da linguagem” (DIAS, 1996, p. 25), ou seja, a formulação é a realização de um possível, pois há um processo sócio-histórico que se reflete na linguagem, ao mesmo tempo em que a linguagem ressignifica o processo sócio-histórico. A palavra em movimento, que é o discurso, significa o dizer na instância de circulação histórica, emprestando “corpo” às interpretações (ORLANDI, 1998). A formulação trazida no depoimento, portanto, carrega marcas da historicidade, e o texto é o produto do possível, trazendo, também, as marcas do sujeito interpelado pela história, pelas ideologias, pelo pré-construído.

Essas marcas remetem ao sujeito interpelado pelas forças do dizer, pela memória, pela profissão, pela política de saúde, fragmentado tanto pelas crenças populares que vigoraram um dia no seu pensamento e que, em certa medida, foram reconstruídas no trabalho do SESP. Há um contínuo que se ressignifica no processo sócio-histórico. Portanto, a formulação marca o discurso como constitutivo de uma memória, de sentido(s), da história.

Algumas observações podem ser realçadas a partir das informações coletadas. Em primeiro lugar, são comuns no discurso do informante as demonstrações de carinho relativo aos anos de trabalho na agência. De modo geral, a narrativa não revela problemas enfrentados no cumprimento da função,

erros ou desmandos e nem mesmo conflitos entre o SESP, a sociedade e o governo. Toda a ação tende a ser descrita pelo depoente como muito bem organizada e revela um sentimento de lealdade ao SESP, exceto por questões muito pontuais nas quais o conflito ou a rejeição aparecem de maneira explícita.

As referências ao SESP no depoimento do antigo funcionário entrevistado tratam-no com a deferência dirigida à autoridade ou benfeitor, e são comuns os elogios à sua atuação e à proposta ‘moderna’ para a saúde e o saneamento de áreas urbanas e rurais. Tais menções são afirmativas da capacidade e da competência do Serviço e de seus técnicos, dos benefícios realizados para as cidades e para a população atendida, tais como a erradicação da malária, tratamento de outras enfermidades e implantação de serviços para o tratamento de água e esgotos. Nesse discurso, a ação de SESP é digna dos melhores louvores e são raros os questionamentos críticos.

Nesse sentido se confirmam as considerações já citadas de Magalhães (2010) acerca da interligação dialética entre discursos e práticas sociais e da intertextualidade e interdiscursividade relacionadas à configuração de processos identitários. Do mesmo modo é coerente a assertiva de Larraín (LARRAÍN, 2001, apud Magalhães, 2010, p. 20) para quem “afiliações, características ou lealdades grupais culturalmente determinadas (que) contribuem para especificar o sujeito e seu sentido de identidade”. No caso analisado, a justaposição de diferentes discursos e sua interdependência produz os marcos identitários socioprofissionais assumidos pelo agente sanitário. Cruzando tempo e espaço, a existência narrada indica a constituição de uma identidade profissional e pessoal, entrecruzada pela historicidade e por um sensível sentimento de pertencimento social.

Desse modo, considera-se que os discursos que permeiam a experiência profissional, por exemplo, formam a memória discursiva e dão corpo aos sentidos. Perceber o processo de formulação desses sentidos

significa, ao mesmo tempo, compreender como eles são constituídos, e como é importante desmistificá-los como parte de narrativas que não se dão somente como narrativas canônicas, originadas das instituições. Portanto, implica compreender que o discurso sespiano acaba atravessado pelas práticas sociais, em que resvala muitas vezes o contexto das práticas populares de saneamento. Em síntese, os saberes relatados se referem a uma origem e às interpelações ideológicas esquecidas pelos sujeitos quando enunciam, investidos de identidades.

Referências

BASTOS, N. C. B. *SESP/FSESP: 1942-1991 - evolução histórica*. Recife, Comunicarte, 1993.

BOSI, E. *Tempo vivo da Memória*. São Paulo: Ateliê, 2003.

BRAIT, B. As vozes bakhtinianas e o diálogo inconcluso. In: BARROS, D. L. P.; FIORIN, J. L (Orgs). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. São Paulo: Edusp, 1999.

CAMPOS, A. L. V. *Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

DELGADO, Lucília de A. N. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. *História Oral*. São Paulo, n. 6, p. 9-25, 2003.

DIAS, L. F. *Os sentidos do idioma nacional*: as bases enunciativas do nacionalismo linguístico no Brasil. Campinas: Pontes, 1996.

DOSSE, François. *A história*. Bauru: Edusc, 2003.

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

FAIRCLOUGH, Norman. A análise crítica do discurso e a mercantilização do discurso público: as universidades. Trad. Célia Maria Magalhães. In: MAGALHÃES, Célia M. M. *Reflexões sobre a análise crítica do discurso*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 2001. Série Estudos Lingüísticos, v.2.

FIOCRUZ. FUNDO SESP. Série Assistência Médico-Sanitária. Cx 21 (doc. 29 e 30) e Cx 24 (doc. 54 e 60).

FIOCRUZ. FUNDO SESP. Série Divisão Engenharia Sanitária. Cx 30 (doc. 12, 13 e 17); Cx 39 (doc. 82) e Cx 48 (doc. 40, 41 e 42).

FONSECA, R. J. *Figueira do Rio Doce*: notas nativas. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, s.d.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FROCHTNGARTEN, Fernando. A memória oral no mundo contemporâneo. *Estudos Avançados*. Rio de Janeiro, v.19, n. 55, p. 367-376, 2005.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. Universidade de São Paulo, 2005. p. 6774-6792.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

LE GOFF, Jacques. *Uma vida para a história: conversações com Marc Heurgon*. São Paulo: Edunesp, 1998.

MAGALHÃES, Izabel. Discurso e identidades: exotismo e domínio Violento. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*. Brasília, v. 11, n. 1, 2010. Disponível em: <http://www.red.unb.br/index.php/les/article/view/1178/841> Acessado: 21 abr. 2011.

ORLANDI, E. P. *Paráfrase e polissemia*: a fluidez nos limites do simbólico. *Rua*. Campinas, n. 4, p. 9-19, 1998.

PAULA, A. T. *História de Aimorés*. Belo Horizonte: Usina de Livros, 1993.

PÊCHEUX, Rôle de lá Mémoire (1983). Trad. Bras. In: NUNES, José da Horta. *Papel da Memória*. São Paulo: Pontes, 1999.

PEREIRA, Fábio Henrique. O uso das histórias de vida no estudo das identidades profissionais no jornalismo: aspectos teóricos e metodológicos. In: RESENDE, Viviane de Melo; PEREIRA, Fábio Henrique (Orgs.). *Práticas Socioculturais e Discurso - Debates Transdisciplinares*. Lisboa: LabCom Books 2010. p. 132-153. Disponível em: <http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/resende-pereira-praticas-2010.pdf>. Acessado: 29 abr. 2011.

PINTO, M. J. *Comunicação e Discurso*. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

RICOEUR, Paul . L'écriture de l'histoire et la représentation du passé. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*. Paris, v. 55, n. 4, p. 731-747, 2000.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho; ECKERT, Cornelia. A memória como espaço fantástico. *Iluminuras*. Porto Alegre, v. 1, n.1, p. 1-16, 2000.

SOARES, R. *Memórias de uma cidade*. Governador Valadares: S/A Tribuna Fiel, 1983.

VILARINO, M. T. B. *Entre lagoas e florestas: atuação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) no saneamento do Médio Rio Doce (1942 e 1960)*. Belo Horizonte, 2008. Dissertação (Mestrado em História) - UFMG.

WEIL, S. O enraizamento. In: BOSI, E. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

